

# **O INTERESSE FEMINISTA CORPORIFICADO NA ENTRADA DA MULHER NO PARLAMENTO**

## **THE FEMINIST INTEREST EMBODIED IN THE ENTRY OF WOMEN IN PARLIAMENT**

**Claudia Santos**

Graduanda no Curso de Relações Internacionais pelo Centro Universitário UNINTER. Bolsista de Iniciação Científica – PIC pelo grupo de *Elites Políticas Brasileiras*. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Temas Contemporâneos de Relações Internacionais” na linha de pesquisa sobre *Cooperação Internacional, Governança Global e Novos Atores*. Também já foi Bolsista enquanto Monitora da Disciplina de *Teoria das Relações Internacionais*

### **RESUMO**

Este artigo propõe como tema de estudo a necessidade de representação feminina no Parlamento. O intuito dessa pesquisa foi o de contribuir para um aprofundamento da compreensão e necessidade de uma mudança cultural que negue a relação de masculinidade e virilidade que moldam as sociedades. Para isto, foi realizada uma revisão bibliográfica para averiguação de dados e autores que abordassem aspectos relacionados ao tema e que pudessem descrever, a partir de um ponto de vista distinto do masculino, a questão de gênero. Foram levadas em consideração as cotas de gênero para eleições no Brasil como um mecanismo de Políticas Públicas e os movimentos sociais como espaços que a entrada da mulher na política.

**Palavras-chave:** Representação feminina, Política Públicas, Cotas, Movimentos Sociais, Autoconscientização.

### **ABSTRACT**

This article proposes the need for female representation in Parliament as a theme of study. The aim of this research was to contribute to a deepening understanding and the need for a cultural change which denies the man's concept of masculinity and virility that shapes societies. In order to achieve this goal, a bibliographic review was performed to investigate data and authors that approached aspects related to the theme that could describe the gender issue from a point of view differ from the masculine one. The dimensions of gender for elections in Brazil as a mechanism for public policies and social movements were taken into consideration as actions that favor the entry of women in politics.

**Keywords:** feminine representation. public policies. Quotas. social movements, self awareness.

## INTRODUÇÃO

O tema pesquisado decorre de questões levantadas no cotidiano, indicando que é absolutamente preciso que se crie um novo modelo estrutural político e social que seja alternativo ao atual mundo consolidado sobre pilares patriarcais de conduta. O objetivo deste artigo é mostrar a experiência vivida das mulheres no mundo dos homens, bem como a busca por sua autoconsciência que se mostra como a chave para sua libertação, tanto física quanto espiritual.

Após analisar criticamente artigos e livros decorrentes sobre o assunto, pode-se encontrar a causa que motiva a participação das mulheres na política, talvez não nas políticas de cotas, mas na militância e em movimentos urbanos sociais. Pode-se verificar que número de candidatas eleitas ao longo das eleições vem cada vez aumentando mais, assim como a abertura para a sua participação e aparição na vida pública e política, contrapondo a esfera privada. Por de trás de todos esses resultados, essa é uma mudança muito mais social e menos política. O status da mulher na sociedade pouco a pouco vem se solidificando como própria e desvinculada de um condicionamento cultural que se assemelha a uma amarra invisível, que impede a mulher de prosseguir. Mas, a partir do conhecimento e das suas potencialidades, a mulher está cada vez mais chegando perto dos cargos que lhe competem poder no âmbito nacional.

Em face dessa realidade, ressalta-se, também, a necessidade de a mulher, ao adentrar o campo político, mais precisamente o Parlamento, não se afastar das suas bases ligadas à militância e a movimentos sociais, a fim de proporcionar uma melhor condição de vida às mulheres da sociedade Brasileira.

## A MULHER COMO NOVO SUJEITO HISTÓRICO

“As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar sua independência”.  
(Simone de Beauvoir. *O Segundo Sexo*, 1949).

Por meio de uma revisão da literatura feminista e de revisões teóricas sobre o status da mulher na sociedade e a construção de uma nova mulher que se sobressai, a partir da passagem de uma sociedade tradicional, na qual a mulher era vista como colaboradora, para as sociedades industriais, nas quais as mulheres se tornam independentes. Tudo isso, diante de um contexto de competitividade criado pelo capitalismo que torna quase impossível revestir de sentimentalismo<sup>1</sup> o âmbito político.

O século XIX se caracteriza por ocupações majoritariamente masculinas. E essa dominação econômica logo passa a ser política e pública, excluindo, dessa forma, as mulheres que ficam reclusas ao ambiente privado. Para explicar essa afirmativa, Hobsbawn (2010) explica, de forma diacrônica, toda a passagem da mulher na sociedade que dá origem à *Nova Mulher* que surge em meados de 1875, mais precisamente nos países desenvolvidos, e que têm a taxa de natalidade baixa, seja porque as mulheres estão solteiras ou porque contraem matrimônio tardiamente.

Primeiramente, surgiram as indústrias domésticas que permitiam à mulher, ao mesmo tempo em que trabalhava em sua residência (com tecelagem, por exemplo), cuidar da casa e dos filhos e ainda ganhar, mesmo que mal remunerada, algum dinheiro. Com a introdução da indústria fora de casa e a necessidade de se deixar o ambiente familiar (doméstico) a mulher já não mais contribui financeiramente para a renda, apesar de agir complementarmente para com o marido no lar. Sendo que as razões que estimulam a mulher a entrar no mercado são de cunho econômico, primeiramente, como forma de sobrevivência e segundo como forma de permitir mais bem-estar à família<sup>2</sup>.

A partir da dependência econômica das mulheres para com o homem e da criança para com ambos, isto também se tornava um problema para os pais, já que

---

<sup>1</sup> Tendência a colocar os sentimentos acima da razão; inclinação para a sentimentalidade exagerada que, nos secs. XVIII-XIX, teve forte influência na literatura, nas artes e até na política. (HOUAISS,2009).

<sup>2</sup> No período moderno e industrial o trabalho aparece como o espaço em que a injustiça contra a mulher deve ser corrigida, para que ela tenha um melhor status social.

estas não mais tinham serventia para o trabalho rural, com a restrição do trabalho infantil. Como a mão-de-obra feminina era barata, a saída para muitas mulheres era o casamento com um homem que lhe sustentasse economicamente, causando indubitavelmente a sua dependência.

Desse modo, Engles discorre sobre a emancipação da mulher:

[...] a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. (ENGELS, 1974).

Para Engels, o domínio absoluto da mulher (ginococracia) é colocado em xeque, e colocado como sexo oprimido, quando surgem as sociedades patriarcais (Direito Paterno).

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. (ENGELS, 1974).

Ainda, para Engels, “a preponderância do homem no casamento é uma simples consequência da sua preponderância econômica e desaparecerá com esta” (ENGELS, 1974), e para Rowbotham, a ideia da mulher como propriedade, vem de que “Na família, o homem se apropria da força de trabalho da mulher em troca de serviços.” (ROWBOTHAM, 1983, p. 114)

Porém, não se deve deixar passar despercebido que “ao instaurarem uma esfera pública de poder separada do privado, reservaram o exercício desse poder aos homens, destinando o espaço privado às mulheres” (GONÇALVES, 2006, p. 19)

Algumas autoras feministas como Mary Wollstonecraft<sup>3</sup> (1792), por exemplo, comparam a mulher às flores que, plantadas em solo muito rico, tornam-se fortes, mas inutilmente são sacrificadas pela sua beleza, e são então desconsideradas quando, na realidade, deveriam ter chegado à maturidade. A autora chama esse processo de “floração estéril” e dedica esse fato ao ensino precário dominado por homens que ensinam as mulheres a serem esposas afetivas e mães racionais.

Com a industrialização e a possibilidade de famílias com menos filhos propiciarem um futuro melhor às novas gerações, os benefícios imediatos desse processo mostravam que “O aumento do controle da natalidade indica, portanto, certa penetração de novas estruturas, valores e expectativas na esfera das mulheres trabalhadoras ocidentais.” (HOBBSAWN, 2010, p. 275).

Outro fato que conferiu um pouco de independência às mulheres foi a abertura ao ensino primário, que permitiu uma maior formação de magistradas e o aperfeiçoamento em trabalhos como os de escritórios e em comércios. As mulheres da classe média, aos poucos, sentem o processo de mudança na sua posição quando, no período de 1914, o sistema de educação secundária sofre grande expansão para elas. Como nos Estados Unidos onde começam a existir mulheres com ensino universitário, mesmo que desigual.

Outro passo para a emancipação da mulher foi a liberdade de movimentos sociais, tanto quanto ao seu comportamento, como dançar em bailes, como modo de interagir com a sociedade, como quanto à vestimenta, mais solta e de alta-costura. Após a Primeira Guerra Mundial e a Era do jazz, a mulher adquire a

---

<sup>3</sup>Mary Wollstonecraft foi uma escritora britânica considerada uma das pioneiras do moderno feminismo com a publicação da obra *A Vindication of the Rights of Woman*. Também há Carolyn Burdett (2001) que, ao estudar o trabalho de Olive Schreiner (escritora sul-africana e feminista), em seu livro *Olive Schreiner and the Progress of Feminism: Evolution, Gender, Empire* no progresso do feminismo, também analisa a tentativa de Olive Schreiner em tentar fazer um livro de ficção científica que estudasse a posição da mulher no século XIX e sua tentativa de emancipação, intitulado *The Story of an African Farm*.

emancipação do corpo e da moda, que se adequa aos desejos de uma mulher profissionalmente realizada que pode ter como espelho a estilista Coco Chanel<sup>4</sup>.

Depois, veio a atenção pública que ressalta as realizações individuais da mulher que independem do homem ou da família, a partir do que a mulher se caracteriza como possuidora de seus próprios interesses. A adesão da mulher, principalmente de classe média e superior, a movimentos socialistas ou de esquerda, acontece justamente porque “eles prometeram uma total transformação da sociedade o que, como bem sabiam as mulheres realistas, haveria de requerer uma mudança no antigo padrão das relações entre sexo” (HOBBSAWN, 2010, p. 295). Foi essa união política e social das mulheres que deu origem ao Direito universal ao voto às mulheres.

A liberação sexual levanta a problemática da questão da família, do papel de mãe e reprodutora da mulher, problema que se encontra até hoje, em pleno século XXI, por isso a ligação entre o feminismo e outros tipos de discriminação. Diante da contradição criada pelo capitalismo entre família e indústria, privado e público, Tabak acredita que o comunismo seria a solução contra a opressão e a exploração, já que acabaria com a subordinação de sexo e classe e ocorreria a libertação social e econômica da mulher. (TABAK, 1983).

## 2 A busca por uma experiência politizada

Detalhe significativo: as maiorias das mulheres que atingiu a função suprema de Chefe de Estado fizeram-no por via hereditária: é o caso das numerosas rainhas. (Fanny Tabak. *Autoritarismo e Participação política da mulher*, 1983).

Esta segunda parte do artigo tem como objetivo apresentar as mudanças ocorridas gradualmente no status da mulher e a transformação da mesma em atores sociais e, posteriormente, políticos, por meio de movimentos sociais e

---

<sup>4</sup>Gabrielle Bonheur Chanel, mais conhecida como Coco Chanel, foi uma importante estilista francesa que inventou as primeiras calças femininas, que acabaram virando tendência e usadas indiscriminadamente nos dias de hoje por homens e mulheres.

grupos de pressão, bem como as suas conquistas concretizadas na escrita, mas, muitas vezes, não na prática. As consequências disso se tornarão mais inteligíveis quando apresentados os dados empíricos relacionados à necessidade de uma política pública direcionada as mulheres nas partes seguinte do artigo.

Segundo Tabak, com a evolução tecnológica e científica, a produção social em contexto de urbanização e industrialização propiciou o ingresso das mulheres no âmbito acadêmico, diplomático e parlamentar. A partir do século XX, com a reformulação de conceitos, costumes e ideias, a posição da mulher na sociedade moderna se modifica com a sua inserção no mercado de trabalho, maior aproveitamento da mão-de-obra feminina, o papel da mulher casada, a busca por igualdade dos sexos e a visão dos homens para com as mulheres em cargos de chefia. Esses problemas, vistos como um problema social, exigem cada vez mais devido às prioridades e necessidades da mulher, mecanismos específicos para elevação do status da mulher. (TABAK, 1983).

As organizações femininas, como grupo de pressão, em geral, buscam melhoras nas condições das mulheres na sociedade como um todo, seja no aspecto civil ou político. Sendo assim, os Direitos da mulher são assegurados em todas as esferas, política, social, econômica e educacional. Quem fez parte juntamente com as mulheres na busca pela igualdade dos sexos foram “inúmeras organizações *não governamentais* que congregam mulheres segundo critério de formação profissional, filiação partidária, crença religiosa ou outro qualquer.” (grifo do autor) (TABAK, 1983, p.20).

Dentro dos movimentos urbanos de transformação social no período pós-industrial explicitados por Machado (1995), está incluído o das mulheres, que se define, de um modo geral, como a interação entre político e social, ou seja, entre a esfera pública e a privada. E outro dado relevante é que a maioria dos movimentos sociais urbanos é formada por mulheres, que, conseqüentemente, tornam-se atores sociais. (MACHADO, 1995).

Na Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a partir de uma legislação internacional, e das reivindicações das condições das mulheres, é que, em

1952, surge a convenção sobre Direitos políticos das mulheres, no qual a grande maioria dos Estados concordou e no qual as organizações não governamentais tiveram grande importância como opinião pública internacional. Todas as condições jurídicas da mulher casada são resguardadas pela comissão jurídica e social da mulher, criada pela ONU, tendo como objetivo igualdade plena em todos os direitos civis, que se constituem em: matrimônio, tutela, nacionalidade, capacidade jurídica e domicílio. Todos os Direitos da mulher estão garantidos e afirmados no preâmbulo da Carta das Nações ou Direitos Humanos da seguinte forma: “Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das *mulheres* [...]”. (grifo nosso). Também há a Assembleia Geral, o conselho econômico e social e o secretariado, como órgãos pertencentes à ONU, que agem juntamente com a Comissão sobre o Status da mulher (1946), para promoção dos direitos das mulheres tanto no âmbito político como nos demais.

Os anos de 1960 e 1970, com certeza, reouveram aspectos sobre a cultura sexual e matrimônio, tendo agora assegurados, na forma de Direito, a legalização do divórcio, compra de anticoncepcionais, informação e educação sexual, bem como o aborto, legalizado em 1981, o que não se aplica a todos os países, independentemente de serem ratificados ou não, esses foram assuntos relevantes em todos os países, o que influi diretamente na cultura popular e jovem. Os movimentos politizados desse período, em sua grande maioria, germinavam das faixas etárias entre 14 e 25 anos, o que os tornou importantes agentes sociais dentro da sociedade, sendo que o que facilitava, e muito, a interação desses jovens, era a grande possibilidade de comunicação internacional, principalmente por meio da moda.

‘O pessoal é político’ tornou-se um importante *slogan* do novo feminismo, talvez o resultado mais duradouro dos anos de radicalização. Significava mais que simplesmente o fato de o compromisso político ter motivação e satisfações pessoais, e que o critério do êxito político era o quanto ele afetava as pessoas. (HOBBSAWN, 200, p.326) (grifo do autor).

Analisa-se, então, que o compromisso político acontece quando os interesses privados não convergem com os do Estado e o discurso ideológico público, sendo que, a partir de então, surgem movimentos revolucionários.

As forças que se apresentam com força na década de 60 mostram que

A família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contestada neste fim de milênio pelos processos, inseparáveis, de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher. As forças propulsoras desses processos são o crescimento de uma economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado. (CASTELLS, 1999, p. 170).

A hipótese lançada é de que o feminismo é um movimento conjunto à Democracia devido ao seu caráter desenvolvimentista de mudança estrutural política e indenitária que se distingue de um regime autoritário ou ditatorial, por exemplo, que muito se aproxima de uma política patriarcal.

A década de 70 é caracterizada pelo grande desejo de mudanças estruturais no que diz respeito à “integração da mulher no processo de desenvolvimento mundial” (TABAK, 1983, p.35). Com a designação do ano de 1975 como “O ano Internacional da Mulher”, diversos objetivos foram traçados para resolução de problemas sociais e promover a inserção da mulher no desenvolvimento de um país, por meio dos diversos âmbitos e buscando, desse modo, a igualdade entre homem e mulher. O plano de ação da mulher, desse modo, procura, no período de 1976-1985, colocar em prática as medidas gerais adotadas internacionalmente, de modo setorial e conjunto. Com sua sede na República Dominicana e sua parceria conjunta com a ONU, o Instituto Internacional de Investigação e Capacitação da Mulher, procura, além de analisar a real situação social da mulher, a “elaboração de programas específicos para o treinamento profissional da mulher”.

A declaração das Nações Unidas contra a Discriminação da mulher, que busca, perante a lei, fazer valer realmente os direitos da mulher, a partir de programas de ação política e governamentais, mostra que as virtudes intrépidas inerentes à mulher emancipada não foram suficientes para conter todos os tipos de preconceitos, discriminações e violências relacionadas à mulher. Desse modo, com

o término do Decênio da mulher da ONU, iniciado em 1975, em 1980, na conferência de Copenhague, procurou-se fazer um levantamento das políticas aplicadas que tiveram resultado satisfatório e as que precisavam ser reformuladas<sup>5</sup>.

### 3 Processo de gestão da participação política da mulher

A verdadeira igualdade dos sexos consiste em criar estruturas sociais e institucionais tais que as mulheres possam gozar plenamente dos mesmos direitos que os homens, mantendo sua feminilidade.  
(Paul Henry Chombart de Lauwe. *Imagens da mulher na sociedade*, 1967).

Esta terceira parte do artigo tem como objetivo explicar primeiramente o que é participação política, o processo de inserção da mulher na política e o movimento feminista manifestando a imagem da mulher emancipada que se encontra ligada nessas circunstâncias à sua personalidade e à sua liberdade.

Segundo Avelar, participação política pode ser considerada um “instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania.” (AVELAR, 2004, p. 223). E esse tipo de participação política se modifica social e historicamente, o que, de certo modo, determina seu grau de importância. Uma organização política tem como objetivo, a partir da sua participação, democratizar a política, é por isso que, no caso das mulheres, muitas são chamadas de reacionárias, pelo simples fato de contestarem a cultura vigente. Sendo assim Rowbotham enfatiza a necessidade de haver uma mudança cultural que negue a concepção de masculinidade e virilidade do homem, que moldam as sociedades. (ROWBOTHAM, 1983).

A partir do reconhecimento da sua situação é que os grupos se juntam e formam atividades de participação política em busca da igualdade de poder<sup>6</sup>. Um

---

<sup>5</sup>“O exame dos dados relativos ao período de 1976-1980 mostrou quem em muitos países a situação da mulher tem piorado, em particular nos setores mais atrasados. As condições de emprego e educação das mulheres nas áreas rurais e nos setores “marginalizados” da área urbana é das mais desfavoráveis. A mulher desempenha, geralmente, funções socialmente depreciadas e representa uma grande parcela da população subempregada”. (TABAK, 1983, p.41)

dos preconceitos dentro do governo, quanto às organizações feministas, é justamente o fato de que estas deveriam apenas se preocupar com questões “precisamente femininas” e não “discutir política”. Mas qual é a diferença entre tratar de questões femininas e discutir política? Será que são coisas diferentes e que as políticas femininas não são de fato políticas? O fato de se influenciar uma prática política, necessariamente implica na mudança dos rumos da situação, outro fato que impede que a mulher discuta assuntos políticos é justamente a ideia preconizada por Schumpeter (1984) de que “O cidadão típico, por conseguinte, desce para um nível inferior de rendimento mental logo que entra no campo político.” Consideraríamos, por pressuposto, principalmente as mulheres pela sua condição de dona-de-casa, pela sua baixa participação no mercado de trabalho e na parcela de população economicamente ativa. Desse modo, Tabak acredita que “tal circunstância reduz enormemente a possibilidade de obter informação sobre o que ocorre nesse mundo exterior ao círculo familiar”. (TABAK, 1983).

Segundo Molyneux (1986 apud MACHADO, 1995, p. 76-77), há três conceitos de interesses das mulheres, o primeiro é o interesse das mulheres, que é impossível generalizar, e depende de fatores como classe, etnicidade e gênero. Mas há a possibilidade de, por meio de um ponto em comum, que é a sua posição social quanto ao seu gênero, desenvolver o segundo tipo de interesse, que são os interesses estratégicos de gênero, que tem como objetivo criar meios efetivos de superação da subordinação da mulher na sociedade. Esse é considerado, pelas feministas, como o interesse principal, pois leva em consideração a autoconscientização da mulher quanto aos meios de opressão sofridos. O terceiro são os interesses práticos de gênero ou *ad hoc*, que tem relação imediata com a mulher e objetivos em curto prazo, não tem como característica objetivos motivados por forças externas que impulsionem a mulher a tomar uma iniciativa em

---

<sup>6</sup>Podemos fazer alusão a Marx e Engels em seu livro *A Ideologia Alemã*, em que se expõe que a classe dominante possui uma consciência, ou seja, é uma classe para si. Deste modo, para que haja a movimentação de um grupo oprimido, é necessário que ele conheça a si mesmo e se desvincule da verdade absoluta, ou no caso das falsas ideias.

longo prazo, como a emancipação da mulher, que, geralmente, os que se modificam historicamente.

Ainda sobre o mesmo debate, Singer (1981 apud MACHADO, 1995, p. 79) afirmava que os interesses *femininos* seriam os de interesse prático de gênero, e os interesses *feministas* seriam os interesses estratégicos de gênero.

As associações femininas, como grupo de pressão para com o poder público, têm grande força em países como a França e a Itália, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. O papel dessas associações é de reforçar os direitos das mulheres quanto ao exercício da função pública e a imputação de tiranias e opressões criadas a partir do condicionamento cultural, que restringe ideologicamente a postura da mulher perante a sociedade, no que diz respeito a sua denominação inferiorizada e, muitas vezes, conformada quanto à “função social”.

Ao estudar o feminismo, Nogueira (2005) afirmou ser necessário levar em consideração as divergências entre as próprias feministas, mas acabou não explicando mais especificamente que diferenças eram estas, já em 1983, Tabak explica que as divergências dentro dos movimentos feministas são quanto à “definição das prioridades, e das metas programáticas bem como da ação concreta desenvolvida junto às mulheres.” (TABAK, 1983, p. 140). A esse respeito, Sylvester complementa dizendo que “O feminismo Pós-Moderno atravessa fronteiras e usa da ambiguidade e da indefinição para questionar permanentemente o conceito de identidade”. (SYLVESTER, 1996 apud NOGUEIRA, 2005, p. 225). É onde entra a questão de gênero na política internacional.

Outro fato que deve ser levado em consideração é de que movimentos feministas e partidos políticos ainda parecem muito distantes quanto à prática, desse modo, a representatividade da mulher no parlamento ou em qualquer outra instituição política é enfraquecida por não manter contato com a realidade e com uma base feminista presente nos movimentos. É necessário que movimentos feministas e partidos políticos reafirmem seus laços na busca de uma democracia mais representativa e vigilante sobre os direitos das mulheres.

Tabak expressa um detalhe relevante quanto aos movimentos feministas, eles se dão a partir do fato de que muitos movimentos feministas acreditam que eles devem ser autônomos e desvinculados de partidos políticos, porém, segundo esse autor, para que haja definitivamente uma mudança na condição da mulher, é imprescindível que se analise o

carácter político do movimento feminista, orientado para *mudar* a condição da mulher, para assegurar a esta plena igualdade em relação ao outro sexo e a instituição que, por sua natureza e seu carácter trava a luta no plano político, é o partido. (grifo do autor) (TABAK, 1983, p. 84).

Por isso, também a importância de mulheres nas assembleias parlamentares, bem como no congresso nacional, e é justamente a partir do partido que se escolhe quem ocupa os cargos do executivo e as bancadas do parlamento. Os movimentos feministas são uma luta social, política e ideológica que buscam a mudança da condição da mulher, o que afirma que mulheres no poder, fazem a diferença.

Quanto à participação política institucionalizada da mulher, percebe-se que o perfil político das mulheres na América Latina “é o da mulher passiva e alienada da política formal”. (MACHADO, 1995, p. 263). Mas também há as que não se encaixam nesse prognóstico e que se engajaram em movimentos que competem seus ideais em comum.

A nova imagem da mulher na sociedade desencadeia novas perspectivas quanto às estruturas sociais e também sobre as relações entre sexo. Desse modo, a imagem da mulher modifica-se em função da cultura e da transformação social, que se adequa à nova mulher ligada ao trabalho profissional e à participação política.

O processo de socialização política da mulher e sua emancipação na sociedade dependem estritamente da consolidação de um governo democrático, que não anule os seus direitos, mas que os dissemine de maneira efetiva na prática. Quem tem papel fundamental nesse processo de socialização são os movimentos estudantis que, a partir do ingresso dos movimentos estudantis no ensino superior, contestam a mistificação e buscam a filoginia a partir de novos estudos que quebram com o condicionamento cultural, e descobre-se que ao tentar encontrar

um ponto de vista do tipo *Mankind* ou *Womankind*, deve-se preferir considerar no lugar o *HumanKind*.

## LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

Devolvam-me o meu passado, a minha infância, o meu corpo, a minha vida. Isso nos ajudou a relacionar o senso de feminilidade ao senso de nós mesmas como animais políticos. O nosso corpo, ao menos, era feminino<sup>7</sup>. (Sheila Rowbotham. *A conscientização da mulher no mundo do homem*, 1983).

O congresso da Associação de Ciência Política de 1952, ocorrido em Haia, tinha como objetivo relatar a participação das mulheres na vida política e que por relator-geral Maurice Duverger, analisou as formas efetivas de participação da mulher que devem ser estudadas, estas são: participação eleitoral (ou seja, um voto autônomo, sem influência do marido, por exemplo), em assembleias políticas e no governo, em profissões políticas e administrativas, associações, imprensa, ação indireta na política, como dentro do núcleo familiar, por exemplo, independentemente das classes e camadas sociais e do grau de escolaridade e atividade profissional.

No entanto, o fato de a mulher cultural e historicamente, não atuar nas atividades políticas levou Tabak a (1983) usa para explicar a baixa participação da mulher e marginalização do processo de decisão são:

1) A relação na América Latina entre Estado e Sociedade Civil, como sendo uma relação de repressão e baixa participação popular o que tem impacto direto na participação da mulher na política.

2) Os estereótipos ligados à imagem da mulher, de casa e família, a partir de conceitos tradicionais.

---

<sup>7</sup>A frase citada diz respeito a uma das experiências de Sheila e o movimento de 1968 que tinha como premissa a revisão da consciência e da cultura. (p. 56)

Sobre esse aspecto, Barrett, ao interpretar Tessa Perkins<sup>8</sup> em seu paper intitulado *Rethinking Stereotypes*, explica que os estereótipos dos grupos oprimidos, na sua grande maioria, são mais fortes e numerosos e também mais presentes em suas consciências, sendo que a sua limitação a certos bens da sociedade também são reforçados pelos seus estereótipos. (BARRET, 1979). Já a classe dominante tem sua atividade legitimada pelo seu estereótipo e também é mais consciente de si própria, o que reafirma as suas estruturas mostrando os seus valores. Sendo que, para as mulheres, alguns estereótipos são excludentes, por exemplo, a questão da emancipação da mulher, que também passa pela sexualidade, enquanto “A mulher culta emancipada é intocável; adquire uma protegida dignidade assexuada, que é o reverso da proximidade entre a mulher tradicional e o seu corpo” (ROWBOTHAM, 1983, p. 81) essa característica assexuada como estereótipo, excluiria a mulher da categoria de mães e de seres sexuais.

3) O déficit educacional e a discriminação profissional com a perpetuação de mulheres em profissões como: magistério, enfermagem, música e serviços sociais.

4) A influência da Igreja Católica na América Latina que por muitas vezes limita o espaço de ação da mulher na sociedade, como com relação ao aborto, casamento, divórcio e família.

Quanto à relação das mulheres e o sistema eleitoral, Htun explica que as regras dos sistemas eleitorais são imprescindíveis para aumentar as chances de mulheres serem eleitas. E mostra que países com representação proporcional elegem mais mulheres do que as com voto majoritário. O mesmo acontece com eleições de lista-fechada em que o eleitor vota em uma lista do partido, que tem dado mais resultado nas eleições de mulheres, do que eleições de lista-aberta na qual se vota em um candidato em específico. Os controles eleitorais determinam, dessa forma, o processo de controle de nomeação, inclusive a nomeação de mulheres para partidos por meio das cotas. (HTUN, 2002).

---

<sup>8</sup> No seu paper ainda sem tradução para o português podem ser encontrados seus escritos sobre: movimentos sociais, identidade e representação, e a luta contra a reprodução cultural das condições materiais de opressão.

Um fato levado em consideração por Tabak é que “no seu conjunto, são os partidos de esquerda, mais particularmente os partidos socialista e comunista, que tendem a ampliar o número de mulheres admitidas no parlamento ou no governo”. (TABAK, 1983, p. 16). No Brasil, esse partido era o PT – Partido trabalhista, pois era o partido que mais se aproximava aos seus anseios, pelo seu caráter mais próximo do povo, ou seja, também das mulheres.

Apesar de todos os direitos orientados em favor da mulher, ainda há práticas dentro do serviço público que impedem o avanço da mulher dentro do governo ou da administração, por exemplo, cargos de nomeação, o que faz com que muitas mulheres, em grande parte, apenas alcancem cargos secundários.

### **INSERÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL**

A opressão não é uma condição moral abstrata e sim uma experiência social e histórica. (Sheila Rowbotham. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. 1983).

Esta quinta parte do artigo apresenta a representação não somente cultural, mas também política da mulher no Brasil, a partir de grupos de pressão e movimentos urbanos sociais e repressão de regimes autoritários.

O espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções importantes consideradas menos nos campos produtivos que lhe eram abertos<sup>9</sup>. (REGO, 2006, 603).

Ao explicar o engajamento político da mulher nos anos 30 no Brasil, o exemplo apresentado é o da União Feminina do Brasil, formada em 1933, por mulheres que defendiam a participação feminina em júris populares, bem como a adesão dessas mulheres em movimentos políticos como a Aliança Nacional Libertadora, que tinha sua Ala Feminina formada também por operárias que criaram

---

<sup>9</sup> Este trecho faz referência às operárias brasileiras no começo da industrialização, e o começo do condicionamento moral, social e cultural das mulheres, bem como a sua relação com o trabalho.

o comitê da mulher trabalhadora. As mulheres, agindo com pensamento e ação, participam de um movimento de opinião na luta pela democracia. Essa nova organização das mulheres que surgia no Brasil se pautava em bases sólidas, as quais defendiam que “não seria feita de forma que à mulher fosse atribuído somente o título de mãe, de esposa e de irmã, mas o de cidadã cuja participação sócio-econômica e político-cultural é uma exigência para a sua liberação em todos os sentidos”. (MONTENEGRO, 1985, p. 23).

Em 1945, as mulheres engajaram um comitê feminino Pró Democracia que lutava pelos direitos da infância e liberdades democráticas. A formação de uniões femininas sobre bases populares, o que permitia uma abertura a mulheres de várias classes sociais, o que era resultado do processo de conscientização acerca do espaço da mulher na política e a sua formação em organizações de pressão unidas por reivindicações em comum. Um marco em 1945 foi a conquista das mulheres pela anistia O que veio a reforçar sua esperança de lutar contra o exílio, a tortura e a repressão, apesar de a anistia não ter sido geral, ainda assim houve a libertação de presos políticos e a volta dos exilados.

A participação da mulher em sindicatos, ou seja, a sindicalização da mulher como trabalhadora nas fábricas, também influencia na formulação de Políticas Públicas, como exemplo da Assembleia Nacional de Mulheres de 1952 que preconizava salários iguais para os mesmos tipos de trabalho, creche para seus filhos e aposentadoria após 25 anos de contribuição. Essa Assembleia tinha como finalidade maior resolver o problema das operárias, trabalhadoras, por exemplo, o departamento feminino nos sindicatos têxteis. Acredita-se que a mulher alcança a consciência política, por meio do trabalho fora de casa e por meio do sindicalismo.

No Brasil, nota-se uma crescente participação da mulher na vida política a partir do término da Segunda Guerra Mundial e a introdução das mulheres em setores diversificados do Estado nacional, como o ingresso em instituições de ensino superior e a ocupação de profissões ditas modernas, o que contribuiu para a qualificação da mão-de-obra feminina e ajudou no crescimento econômico do país e na representatividade social das mulheres.

A atuação parlamentar das mulheres nas eleições gerais no Brasil de 1947, como descrita por Tabak, mostra que grande parte das mulheres era filiada a partidos de oposição, como no caso do Partido Comunista que elegeu duas mulheres ao legislativo, após a Ditadura de 64, também foram partidos de oposição que levaram representantes femininas ao parlamento, no caso, onze contra três do partido governamental. (TABAK, 1983).

Mas, com respeito à ascensão de mulheres ao legislativo, é importante ressaltar que grande parte das que ascenderam ao parlamento não o fizeram por meio da atuação política ou por pressão de grupos feministas, mas, sim, por causa do prestígio político de seus maridos, que foram cassados ou faleceram e elas os substituíram, e é dessa forma que se analisa a falta de um embasamento às mulheres por parte das organizações e movimentos feministas que as ajudem na formulação de políticas públicas para igualdade de direitos e elevação da condição mulher na sociedade brasileira.

Ao se estudar a inserção das mulheres a partir da imprensa<sup>10</sup> e da revista “FonFon”, percebeu-se a intenção do Estado Novo (1930/1945) era de retirada da mulher do espaço público e reclusão ao espaço do lar ou privado, por meio de programas como de aleitamento materno, por exemplo.

Na Fon-fon, esse perfil a ser seguido aparece, explicitamente, nas reportagens que constantemente estereotipavam as mulheres, jogando-as, sempre, na condição de ora sagradas ora profanas, ora anjos ora demônios, o que consideramos ser uma visão machista, institucionalizada e que acompanha o pensamento social desde a Idade Média. (NAHES, 2007, p. 53).

Seria que o objetivo de Vargas era transformar as mulheres brasileiras em “Mulheres de Atenas”<sup>11</sup>? E fazer valer a dicotomia de Roberto da Matta entre casa e rua, comida e alimento?

Porque aqui, como tá, o Brasil está em toda parte. Nas leis e nas nobres artes da política e da economia, das quais temos que falar sempre num idioma oficial e dobrando a língua; mas também na comida que comemos,

---

<sup>10</sup> Análise feita a partir de um artigo que estuda a revista *FonFon*, uma revista feminina que tinha como alvo as donas de casa.

<sup>11</sup> Música composta por Chico Buarque em 1976, que, na época, teve muitas críticas de mulheres intelectuais que captaram erroneamente a essência da mensagem que a música trazia, no qual, onde se diz “Mirem-se [...]” na realidade insinua-se o contrário.

na roupa que vestimos, na casa onde moramos e na mulher que amamos e adoramos.” (DA MATTA, 1986, p. 10).

O Estado Novo era tradicional e sua ideologia via na mulher “de casa” o apoio da família e da nação, dessa maneira, o papel da mulher se ligava perfeitamente com os intentos do Estado, em uma junção do Ministério da Educação e Igreja. Esse tipo de trabalho doméstico é justamente inferiorizado devido ao capitalismo que prega como trabalho aquele que é assalariado e que gera produtividade.

O regime autoritário brasileiro (1964-1978) em nada contribuiu para o ingresso da mulher na política nacional brasileira, e até mesmo empresas nacionais como a Petrobrás limitavam o ingresso das mulheres no campo da geologia por alegarem sua incapacidade e que definitivamente as que, por acaso, entrassem, seria devido à presença anterior de um alguém masculino que fosse da sua família e que trabalhasse na empresa. Dentro do processo de reorganização da população brasileira nos anos 70 e 80, a mulher teve papel muito importante no sentido de redefinir o conceito de espaço público e gênero.

A partir da mudança na legislação eleitoral e a abertura política de 1982, setores marginalizados da sociedade tiveram a oportunidade de concorrer às eleições gerais, e, desse modo, as mulheres tiveram um melhor desempenho na Assembleia Parlamentar, para a qual 82 se candidataram em diferentes partidos. Para a difusão mais ampla da discussão na campanha eleitoral, o que teve grande importância foram o movimento feminista e o uso da mídia televisiva para abertura sobre o debate e a introdução da mulher nos processos de decisões políticas.

## **DISCRIMINAÇÃO POSITIVA: COTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Apesar da pequena presença feminina nas arenas de poder, é possível afirmar que há um estilo feminino de fazer política.  
(Lúcia Avelar. *Mulheres na elite política Brasileira: canais de acesso ao poder*, 1996).

Segundo Celina Souza, políticas públicas podem ser entendidas como um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. (SOUZA, 2006, p. 26). Em um sentido ideal, para Elisa Reis, “burocratas asseguram estabilidade e políticos garantem inovação, criatividade à formulação de políticas públicas”. (REIS, 2010, p.5) Para Georges Flexor e Sergio Pereira Leite, as políticas públicas são “resultado de um processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições”. (FLEXOR & LEITE, 2007, p. 4).

Condensando todas as definições em uma só, a partir de (GIOVANNI, 2008) e entendo políticas públicas como intervenções planejadas do poder público para com situações problemáticas e socialmente relevantes, a partir do que, deve-se explicar o porquê da necessidade de criação de políticas públicas para as mulheres e sua entrada na política e por que seus problemas são sociais.

Dentro do Plano Nacional de Políticas Públicas relacionadas às desigualdades de gênero estão: a busca pela autonomia da mulher, pois o exercício da autoconsciência faz com que criemos uma nova realidade a partir da interação com o mundo exterior, é a chamada quebra do silêncio. Busca pela igualdade, respeito à diversidade, já que a ascensão da mulher também pode estar ligada a outros excluídos como negros e operários. Caráter laico do Estado, universalidade de serviços ofertados pelo Estado e proteção contra a violência contra a mulher. A prova da necessidade de políticas públicas para mulheres é atestada em 2012, quando a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a Lei Maria da Penha tem criado mecanismos efetivos para coibir a violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres, e que, agora, proíbe a retirada da queixa feita pela mulher contra o companheiro por agressão, já que dados da campanha Compromisso e Atitude mostram que uma mulher é agredida a casa cinco minutos no Brasil, e, por ano, mais de quatro mil são assassinadas e a cada três pessoas atendidas no SUS, em casos de violência doméstica, são mulheres. Para analisar os

problemas das mulheres no contexto internacional atual, é necessário entender as políticas sociais.

Uma das metas de políticas públicas para mulheres é “A participação ativa das mulheres no diagnóstico da realidade social, formulação das políticas de implementação, controle social” (Secretaria de Políticas para as Mulheres). A política de cotas, encaixando-se como mecanismo de sanção positiva para a discriminação realizada contra a mulher, pode ser classificada como política pública.

Analisa-se, à priori, que as associações femininas obtêm grande êxito quanto à atração de mulheres à luta e à ação política, como no caso de donas de casa, mas ainda o papel mais árduo que é o de adesão a partidos políticos e a entrada de mulheres ao parlamento, não é substituído por grupos de pressão. Sendo assim, levando em consideração a tentativa de melhoria do desempenho eleitoral, criaram-se as cotas. Para Bolognesi, “a política de cotas, como política pública, tem impacto positivo na participação e no recrutamento de mulheres na política”. (BOLOGNESI, 2012, p. 115). A necessidade de recrutamento feminino, ocorre pelo número escasso de mulheres no Parlamento, e “as declarações de princípio, as discussões apaixonadas que têm lugar na vida política, nos movimentos de opinião, na imprensa, são provas da amplitude e da importância do problema”. (LAUWE, 1967, p.9)

Influenciadas pelas reivindicações das mulheres feministas de 1960 e 1970, em 1990, no Brasil, as mulheres colhem os frutos dessa revolução nos direitos da mulher e de seu status. A lei de cotas foi aprovada em 1995, porém revista em 1997 para as eleições de 1998, e tinha como objetivo uma cooperação contra a diminuição da desigualdade, ratificada depois da IV Conferência Mundial da Mulher. (BOLOGNESI, 2012, p. 118). Devido à não obrigatoriedade de preenchimento das cotas nos partidos por mulheres no Brasil é que, muitas vezes, esse direito é negligenciado pelos partidos políticos.

Quanto à identidade das mulheres quando entram para a elite política “não é possível identificar um comportamento onde a variável sexo possa ser

considerada determinante ou co-determinante no processo de conduta e comportamento legislativo<sup>12</sup>.” (BOLOGNESI, 2012, p. 118).

**Tabela 1.** Distribuição candidatos, por sexo (1994)

	Frequência	%
Feminino	873	7,2
Masculino	11 328	92,8
Não informado	6	0
<b>Total</b>	<b>12 207</b>	<b>100</b>

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

**Tabela 2.** Distribuição de candidatos, por sexo (1998)

	Frequência	%
Feminino	1 862	12,5
Masculino	13 045	87,5
Não informado	1	0
<b>Total</b>	<b>14 908</b>	<b>100</b>

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

**Tabela 3.** Distribuição candidatos, por sexo (2002)

	Frequência	%
Feminino	2 507	14,2
Masculino	15 103	85,7
Não informado	13	0,1
<b>Total</b>	<b>17 623</b>	<b>100</b>

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

<sup>12</sup>Segundo o autor, dessa forma, então, pouco interessa o comportamento feminino dentro do parlamento, já que este segue as regras institucionais do parlamento.

**Tabela 4.** Distribuição candidatos, por sexo (2006)

	Frequência	%
Masculino	14 856	86,1
Feminino	2 390	13,9
Total	17 246	100

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

Fonte: (BOLOGNESI, 2012, p. 119-120)

As estatísticas das tabelas acima mostram, a partir da coleta de dados, que há um crescente aumento do ingresso das mulheres na política desde a implementação das cotas, “Acelerar o ritmo do acesso de mulheres às instâncias de representação pode ser considerado o objetivo imediato das cotas.” (ARAÚJO, 1998, p. 13). Inclusive, em 2010, foi eleita a primeira Presidenta mulher do Brasil, Dilma Rousseff e Gleisi Hoffmann, como a primeira ministra-chefe da Casa Civil do Brasil pelo Paraná, ambas do PT- Partido Trabalhista. Também temos como exemplo a primeira Deputada Federal do Brasil e da América Latina Carlota Pereira de Queiros que, em seu discurso expõe:

Além de representante feminina, única nesta Assembléia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas (...). Num momento como este, em que se trata de refazer o arcabouço das nossas leis, era justo, portanto, que a mulher também fosse chamada a colaborar.

(Trecho do discurso de Carlota P. de Queirós). (ÓRIA, 2004, p. 243).

Em seu estudo sobre mulheres em Parlamentos Nacionais, a IPU - *Inter-Parliamentary Union*, relata a participação política de gênero e mostra que o Brasil encontra-se em 119º lugar na classificação mundial, em primeiro lugar está Ruanda, com 53 % das mulheres no Parlamento.

WORLD CLASSIFICATION									
Rank	Country	Lower or single House				Upper House or Senate			
		Elections	Seats*	Women	% W	Elections	Seats*	Women	% W
1	Rwanda	9 2008	80	45	56.3%	9 2011	26	10	38.5%
119	Brazil	10 2010	513	44	8.6%	10 2010	81	13	16.0%

Fonte: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif300912.htm> (Situation as of 30 September 2012)  
<Acesso em 26/11/2012>

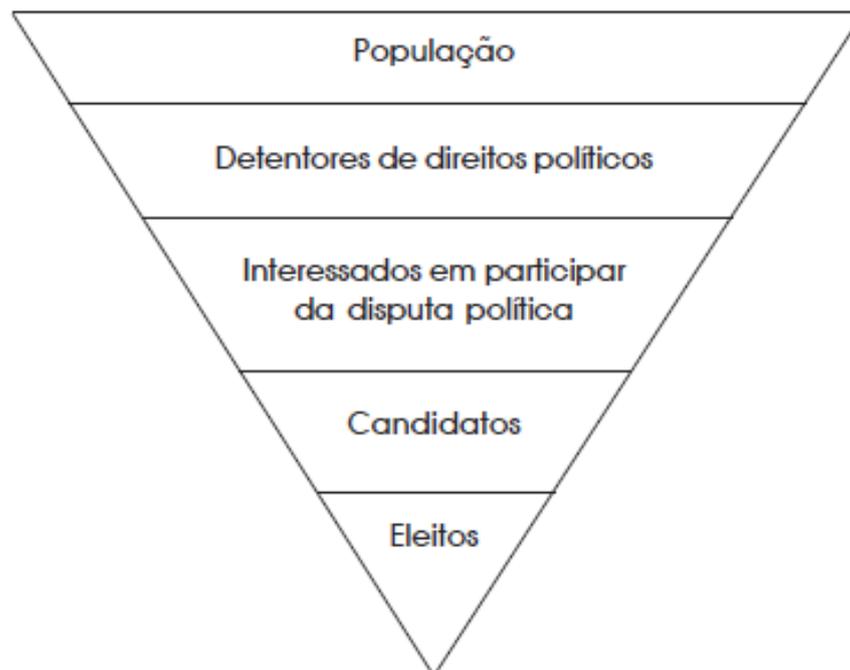
Pateman (1989) afirma que o feminismo desafia a teoria política moderna patriarcal e propõe novas teorias feministas que repensem as premissas da teoria política e seus argumentos. E vê problemas na preconização de uma teoria democrática radical que permita a participação de todos os cidadãos, mas que não enxerga ainda a dificuldade da mulher em se erguer na política totalmente ordenada a imagens dos homens. Além disso,

Tal heterogeneidade é necessária, pois espera-se que nosso sistema político desempenhe “funções contraditórias” e, assim mesmo, funcione. E funciona devido ao modo pelo qual as qualificações e atitudes se distribuem entre o eleitorado; tal distribuição permite que as contradições se resolvam, ao mesmo tempo que se mantém a estabilidade do sistema. (PATEMAN, 1992, p. 16).

A política de cotas, para Sacchet, possui quatro argumentos centrais para o aumento de mulheres em cargos político-decisórios. Que são: o simbolismo, que geraria um aumento no número de mulheres na política; a busca por justiça, diversificando em todas as decisões políticas, luta por direitos iguais; argumento valorativo de que as mulheres são éticas e honestas, o que poderia contribuir para mudança na política; argumento da experiência de vida, com relação à visão mais periférica e horizontalizada das mulheres, o que poderia tornar o processo político mais representativo dos interesses e das perspectivas de setores sociais mais amplos. (SACCHET, 2012).

Grupos minoritários como o das mulheres, dentro dos espaços decisórios, requerem a superação de diversos obstáculos e níveis para se chegar à vida política, inclusive do seu papel social na sociedade.

Muitas das críticas às políticas de cotas, verbalizadas por representantes de diferentes partidos, revelavam a dificuldade de se encontrar mulheres candidatas. Dificuldade que trazia como solução às chamadas "laranjas" \_ termo utilizado para designar candidaturas de "mentirinha", inscrições que tinham como objetivo, apenas completar o quadro de candidaturas. (GROSSI, 2001).



**FIGURA 1– "Degraus" da presença política**

Fonte: (MIGUEL, 2010, p. 663)

Rendel, sobre a relação da mulher e a Ciência Política, analisa que não houve nenhuma tentativa de tratar sistematicamente a exclusão das mulheres das funções de liderança, mas sabe-se que é exercido um controle sobre o acesso aos papéis importantes no sistema político, no qual se excluem as mulheres. Além disso, muitas mulheres se acham apolíticas porque os assuntos das suas áreas de interesse também são parte do debate político, por exemplo, educação e saúde, o que faz com que estas pensem que “o que interessa à mulher não é político, e o que é político interessa apenas ao homem”. (RENDEL, 1981, p.31).

Segundo Avelar (1996), a participação da mulher no poder executivo ou em altos cargos governamentais ainda é muito pequena, porém seu *status* na sociedade aos poucos vem mudando, bem como a sua aceitação nas esferas de poder e políticos. Isso tem a ver com as atitudes e valores políticos que mostram um grande grau de aceitação da mulher na política e a sua participação diferenciada da dos homens. Além do processo de urbanização, o que teve grande relevância para isso foram a Imprensa e os movimentos sociais que introduziram a mulher para a esfera pública.

As mulheres “fazem diferença” na política ao trazer para a vida política experiências distintas e uma outra perspectiva, as quais, somadas às dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política, pelo simples fato de que os homens e mulheres diferem em suas prioridades<sup>13</sup>. (AVELAR, 1996, p. 64).

Analizando o Estado e suas arenas de ação: Redistributiva, relativa às Políticas públicas e sociais e que afetam a sociedade como um todo. A crítica é de que,

As reivindicações ligadas à redistribuição exigem, em geral, a abolição dos dispositivos econômicos que constituem a base da especificidade dos grupos, e, como consequência desse processo, essas reivindicações tenderiam a promover a indiferenciação entre esses grupos. Ao contrário, as reivindicações ligadas ao reconhecimento, que se apoiam nas diferenças presumidas dos grupos, tendem a promover a diferenciação (quando não o fazem performativamente, antes de afirmar seu valor). Política de reconhecimento e política de redistribuição figuram, portanto, em tensão. (FRASER, 2012).

Regulatória, que ratifica decisões em leis e Distributivas que cedem subsídios a vários seguimentos da sociedade. Sendo assim, “as políticas sociais para as mulheres dependem do resultado do jogo de interesses em disputa”. (AVELAR, 1996, p. 87) Então, a operacionalidade dentro das áreas decisórias do governo é que determina quem alcança seus objetivos, porém a mulher tem pouca ou nenhuma

---

<sup>13</sup> Há uma tendência de as mulheres darem prioridades a políticas relacionadas aos Direitos da mulher e a sua promoção a partir de políticas sociais, formuladas e implantadas a partir de uma política pública, bem como educação e saúde.

representatividade dentro dessas esferas de poder, por isso a necessidade de cotas e de igualdade de possibilidades para a introdução da mulher no campo da elite política.

Aprofundando-se mais no assunto, foi enviado um questionário à Teresa Surita, Deputada Federal eleita pelo PMDB no Estado de Roraima e que está no seu segundo mandato. A pergunta principal consistia:

Qual a sua opinião sobre a entrada da mulher no Parlamento e a importância das cotas e a participação em movimentos sociais da mulher para a entrada na política?

E se obteve a seguinte resposta:

*Ninguém pode negar que a mulher deve participar ativamente da vida política do país uma vez que é importante parcela da população, tem a maior escolaridade, está inserida no mercado de trabalho e possui grande papel na educação, na criação dos filhos, no funcionamento das famílias e na condução dos problemas cotidianos da maior parte da população.*

*Mas, quando ainda dependemos de cotas para garantir a realização desse papel social da mulher, que parece óbvio e um direito, concluímos que como sociedade ainda não amadurecemos o suficiente para deixar de discutir se a mulher é capaz e se ela deve ou não desempenhar um papel relevante fora do espaço doméstico. Fora do espaço doméstico ainda atuamos com uma cultura patriarcal.*

*A participação feminina é muito importante em todas as esferas da sociedade, não podendo se ater aos papéis clássicos de mãe e esposa. A mulher possui, por definição, uma forma diferente de ver e lidar com as coisas da vida e deve contribuir para a tomada de decisões e a construção dos mecanismos políticos de atenção aos interesses coletivos.*

*Gostaria que não fossem necessárias cotas por sexo para as eleições legislativas, nem acredito que elas por si resolvam a questão da desigualdade de gênero. No entanto, uma vez que as mudanças de costumes demoram e o avanço da participação da mulher ainda é lento, a definição de cota mínima por sexo nas eleições acaba sendo necessária e a, pelo menos, aumentar a participação feminina como candidatas, embora isso não signifique que serão eleitas na mesma proporção em que postulam os cargos, fato esse comprovado mais uma vez nas últimas eleições.*

*Como sociedade, temos ainda que avançar em uma participação qualitativa das mulheres na vida política. Temos que avançar no sentido de que os partidos políticos assumam em seus programas e reconheçam que a diversidade, não só de gênero, de participação na vida partidária, nas lideranças das agremiações, nas candidaturas e nas representações eleitas é uma riqueza desejável. Os partidos devem se colocar nesse propósito e atuar efetivamente para que a diversidade de gênero, mas também de credos, de etnias, de categorias profissionais, de renda etc., seja concretizada nas bancadas eleitas por partidos e coligações.*

*Acredito que não se trata de realçar uma disputa entre homens e mulheres, mas de ressaltar a complementaridade que existe nas diferentes formas de*

*pensar, complementaridade essa que necessariamente traria no legislativo melhores condições de refletir sobre os desafios para o desenvolvimento de nosso país como sociedade, em busca de uma maior justiça social.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da mulher na política significa modernização política. No entanto, percebe-se que até a chegada da mulher no parlamento, existem filtros entre a sociedade e o partido. Como a instituição política absorve os grupos sociais a partir da representação e o partido político é o canal de representação ente sociedade e Estado, é necessário que as mulheres, a partir de movimentos sociais ou políticos, entrem para a política, pois é inegável a importância da militância tanto para os partidos quanto para o Estado.

Quanto à questão inerente ao destino traçado para a mulher, do matrimônio, filhos e marido, pode-se pensar: seria o amor e o idealismo o derradeiro mal da juventude que preconiza uma profecia de uma época remota em que a literatura romântica era considerada o grande mal da sociedade, por fazer as mulheres sonharem com contos de fadas resolutos, e a ideia de casamento? Concluir-se-ia, a partir da revisão literária analisada ao longo do artigo, que a grande problemática da mulher não se encontra no que já lhe é exposto como certo, a procura por um marido, casamento, filhos e família, mas, sim, no que lhe é proibido, mas que lhe é congênito, a mulher é um ser político. O que por tanto tempo foi coibido pela mordaza do condicionamento criado, com o tempo também irá se romper por meio de um suspiro audível de desconforto físico e psíquico causando alívio, modificando um discurso que ainda soa doce e melancólico por suas bocas, mas que há de um dia tornar-se não uma queixa, mas um clamor a toda a humanidade.

A participação da mulher poderá ser um resgate da dívida social, causada pelo patriarcalismo e pelo capitalismo. No caso do Brasil, a participação da mulher representaria o reforço da Democracia representativa. A política de cotas, sem dúvidas, foi um gigantesco impulso para a entrada das mulheres em partidos e a

oportunidade de entrar para o Parlamento, porém o que ainda precisa ser ajustado são os modelos de Políticas Públicas que não mais devem ser redistributivos como em um modelo de Welfare State de políticas sociais, mas, sim, visto como algo permanente na sociedade e inerente ao Estado.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Clara M. **Mulheres e Representação Política** - A Experiência das Cotas no Brasil. Revista Estudos Feministas, v. 6, n.1, 1998.

AVELAR, Lúcia. **Mulher e política: o mito da igualdade**. Democracia Viva, n. 32, p. 98-102, jul./set 2006.

AVELAR, Lucia; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. **Mulheres na elite política Brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung. Fundação Konrad Adenauer, 1996.

BOLOGNESI, Bruno . **A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?**. Paraná Eleitoral, v. 1, p. 117-133, 2012. Disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-revista-2-artigo-1-bruno-bolognesi>

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: **O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura ; 2) Disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-revista-2-artigo-1-bruno-bolognesi>

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan** /. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1991.

FRAZER, Nancy. **Igualdade, identidades e justiça social**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

GROSSI, MÍRIAM PILLAR and MIGUEL, SÔNIA MALHEIROS. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 167-206. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010)

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos/ o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão monousuário 3.0 – junho de 2009.

HTUN, Mala N. **“Mujeres y poder político en Latinoamérica”**, in International IDEA, *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Stockholm, Sweden, 2002.

LAUWE, Paul Henry Chombartde. **Imagens da mulher na sociedade**. 1967.

MATTA, Roberto da. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

M. Barrett, P. Corrigan, A. Kuhn and J. Wolff (ds.). **Ideology and cultural production** (Croom Helm British Sociological Association, 1979)

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2010, vol.18, n.3, pp. 653-679.

MONTENEGRO, Ana. **Mulheres - participação nas lutas populares**. Salvador, BA: M & S, 1985.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

ORÍÁ, Ricardo. **Mulheres no parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz**. *Plenarium*, Brasília, v.1, n.1, p. 240-246, Nov. 2004.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PATEMAN, Carole. **The Disorder of Women The Disorder of Women Democracy, Feminism, and Political Theory**. 1989, 236 p.

REGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578-606.

RENDEL, Margherita. **Women, Power and Political Systems**. Edited by Margherita Rendel. London: croomhelm. 1981.262pp. 15-31

ROWBOTHAM, Sheila. **A conscientização da mulher no mundo do homem**. Porto Alegre, RS: Globo, 1983. 203 p.

SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2012, vol.20, n.2, pp. 399-431

TABAK, Fanny. **“Women’s Role in the Formation of Public Politics in Brazil”** – in M. Rendel (ed) – *Women, Power and Political Systems* – Croom Helm, London. 1981.